

Escala do controlo sociopolítico para Adolescentes: SPCS-Y

Sofia dos Santos Rodrigues* / Joaquim Luís Coimbra* / Alice Natália Correia* / Vânia Ernestina Sousa*

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Este estudo tem como intuito a adaptação e validação da Escala de Controlo Sociopolítico (SPCS-Y) a uma amostra de adolescentes. Participaram 393 estudantes do 8º e 9º anos de quatro escolas públicas da Região Norte de Portugal, distrito do Porto, com idades entre 13 e 14 anos. Realizou-se a Análise Fatorial Confirmatória para a validação dos dados. Num total de 17 itens, mantiveram-se 12 itens, distribuídos na mesma estrutura fatorial de dois fatores. As qualidades psicométricas do instrumento permitem-nos afirmar que a SPCS-Y é uma escala que evidencia validade e fiabilidade para avaliar as dimensões da liderança e controlo sociopolítico em adolescentes.

Palavras-chave: Validação de escala, Participação, Controlo sociopolítico, Adolescentes, Liderança.

Introdução

A consciência crítica é considerada uma componente basilar de análise e reflexão acerca da realidade, sendo esta co-construída num contexto social, histórico e cultural. Pode ser entendida como um processo dialético e transformador da realidade pessoal e social, que se ativa através do diálogo (Martín-Baró, 1996). Baseamo-nos, desta forma, numa visão construtivista que sustenta que o indivíduo não pode ser separado do seu contexto, dinâmico e em permanente mudança (Bassot, 2012; Piaget, 1985). Os modelos de desenvolvimento sociopolítico (Watts, Griffith, & Abdul-Adil, 1999) e de consciência crítica (Freire, 1975) descrevem como pessoas em situação de opressão podem formular uma análise crítica sobre a opressão estrutural e possuem capacidade de alterar as desigualdades dentro de seus ambientes sociopolíticos. A consciência crítica é considerada um “antídoto” para a opressão, servindo como um recurso interno para recorrer e lidar com a opressão e superar as barreiras sociopolíticas (Watts et al., 1999). Estes modelos sugerem duas componentes essenciais na análise de consciência crítica: a análise sociopolítica e o controlo sociopolítico (Diemer & Bluestein, 2006).

Além destas componentes, foca-se, neste estudo, a relação da consciência crítica com o empoderamento psicológico, a participação, a capacitação e o desenvolvimento vocacional. Clarificando-se, desde início, estes conceitos, o foco deste trabalho é a adaptação e validação de um instrumento de controlo sociopolítico relacionado com a mensuração destas componentes para aplicação a adolescentes portugueses.

As dimensões do controlo sociopolítico

O controlo sociopolítico refere-se às crenças das pessoas acerca das suas habilidades e capacidades nos sistemas políticos e pode ser conceptualizado através da noção de consciência

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Sofia dos Santos Rodrigues, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. E-mail: sofiasrodrigues@gmail.com

crítica de Freire (1975), reportando-se às crenças de que as ações no sistema social e político podem levar a resultados desejados (Diemer & Blustein, 2006). Reflete também as crenças de auto-eficácia para alterar aspectos do seu ambiente sociopolítico. Espera-se que a consciência crítica esteja estreitamente associada ao controlo sociopolítico. Zimmerman, Ramirez-Valles e Maton (1999) observaram que o controlo sociopolítico moderou os efeitos negativos da opressão estrutural sobre a saúde mental de uma amostra de adolescentes, sugerindo que o controlo sociopolítico é um recurso interno ao qual os adolescentes podem recorrer para lidar com a desigualdade sociopolítica (Zimmerman et al., 1999). O controlo sociopolítico é considerado um elemento essencial na componente intrapessoal do empoderamento psicológico. Segundo Rappaport (1981), o empoderamento, é o processo pelo qual os indivíduos, as organizações e as comunidades ganham mestria ou controlo sobre as suas vidas e participam na vida das suas comunidades. O empoderamento representa um tópico muito importante para a investigação e para a prática, nomeadamente em adolescentes. De acordo com Menezes (2010), o exercício de poder e controlo ao nível individual, organizacional e comunitário é uma dimensão fundamental para o bem-estar das pessoas, grupos, instituições e comunidades e para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Já a participação tem vantagens pessoais e sociais como a confiança interpessoal, tolerância, competências pessoais e sociais, empoderamento psicológico, sentido de pertença e de comunidade (Menezes, 2010).

A capacitação psicológica foi concebida no modelo de Zimmerman (1995) como incluindo três componentes interrelacionados: intrapessoal, interpessoal e comportamental. A componente intrapessoal do empoderamento psicológico envolve conceitos como a competência individual, eficácia e mestria (Peterson et al., 2006). Zimmerman (1995) teorizou que esta componente do empoderamento psicológico referia-se a crenças sobre a habilidade de exercer influência em diferentes esferas da vida, como a família, o trabalho, ou contextos sociopolíticos. Essas crenças podem ser fundamentais para os indivíduos se envolverem em comportamentos proativos necessários para atingir os seus objetivos. A componente interpessoal do empoderamento é importante por envolver a consciência crítica individual e compreensão do ambiente sociopolítico. A componente comportamental de empoderamento foi definida como ações individuais que se espera que afetem diretamente resultados. O controlo sociopolítico tem sido geralmente considerado como um elemento essencial da componente intrapessoal de empoderamento psicológico, e que tem sido tradicionalmente utilizados em medidas do construto (Peterson et al., 2006).

No que concerne ao desenvolvimento vocacional, este é conceptualizado como trajetória que cada sujeito constrói nos quotidianos das suas vidas pelos múltiplos papéis em que cada história se concretiza (Campos, 1980). As escolhas vocacionais são o resultado de um conjunto de decisões da interação entre a pessoa e a sociedade em que ela se integra (Gonçalves, 2006) enfatizando-se que é necessário desenvolver uma maior consciência crítica para a efectivação de mudanças ao nível do desenvolvimento vocacional.

A literatura fornece evidências mistas quanto à relação entre a consciência crítica e o progresso no desenvolvimento de carreira em adolescentes (Diemer & Blustein, 2006). Num estudo qualitativo de Fine (1991), os investigadores constataram que os adolescentes com maior consciência crítica tendem a abandonar a escola, em vez de se envolverem mais efectivamente com o processo de desenvolvimento de carreira. Em contraste, estudos qualitativos de O'Connor (1997) e Conchas (2001) indicaram que a consciência crítica assistida em adolescentes permitiu o investimento no processo de desenvolvimento de carreira e manutenção de um sentido de esperança para o seu futuro profissional. Embora a literatura forneça sinais contraditórios, considera-se que a consciência crítica pode ser um instrumento para apoiar o processo de desenvolvimento de carreira para os adolescentes. Como O'Connor (1997), Diemer e Blustein (2006) observaram, a consciência crítica pode capacitar jovens, fazer transcender as barreiras

sociopolíticas e relacionar-se com os processos de desenvolvimento de carreira. Os resultados do estudo de Diemer e Bluestein (2006) sugerem que existem relações estatisticamente significativas entre a consciência crítica de adolescentes e o seu progresso no desenvolvimento de carreira. Em particular, o controlo sociopolítico foi fortemente associado com a conexão para o seu futuro profissional e de relevância para a função de trabalho, enquanto a análise sociopolítica foi moderadamente associada à clareza da identidade profissional. O mesmo estudo observou que a consciência crítica estava associada com o progresso no desenvolvimento de carreira numa amostra de indivíduos oprimidos, tal como encontrado por O'Connor (1997). Os resultados do estudo de Diemer e Bluestein (2006) incentivam uma intervenção de orientação vocacional a jovens da área urbana e outras populações oprimidas. Segundo estes, as intervenções poderiam fomentar a consciência crítica entre os participantes e o esforço para lidar com sentimentos de impotência, facilitar a sua ligação ao seu futuro profissional e, em menor escala, a clarificar a identidade profissional. Consideram que a consciência crítica é um meio de transcender uma situação através de ação e reflexão, e que os progressos no desenvolvimento de carreira e na sua realização (presumivelmente mais tarde no trabalho e autonomia económica) representam formas concretas de solidificar essa transcendência.

Social Political Control Scale – SPCS

A *Social Political Control Scale – SPCS*, foi concebida originalmente por Zimmerman e Zahniser (1991), e os itens do SPCS são provenientes de diferentes instrumentos e destinam-se a medir uma variedade de construtos dentro da esfera sociopolítica. Foi criada para avaliar as crenças dos indivíduos sobre as suas capacidades em sistemas sociais e políticos (Zimmerman & Zahniser, 1991). Refere-se e envolve a auto-perceção e a capacidade dos indivíduos de organizar um grupo de pessoas, assim como influenciar as decisões políticas numa comunidade local de base comunitária (Itzhaky & York, 2000). Foi aperfeiçoada em 2006, momento em que a esfera específica da capacitação foi adotada como um princípio orientador com base na suposição razoável que as crenças relevantes para o empoderamento psicológico seriam, em certa medida, manifestadas de forma diferente, dependendo do contexto, em oposição a indicadores mais gerais de controlo, tais como auto-eficácia (Peterson et al., 2006). O SPCS tem sido, desde então, frequentemente utilizado como referência para avaliação do empoderamento psicológico intrapessoal apesar de alguns itens terem sido elaborados para o SPCS se adaptar a contextos específicos (Holden, Evans, Hinnant, & Messeri, 2005). Os dois fatores de competência, liderança e controlo sociopolítico têm sido geralmente implementados em qualquer das versões (Peterson et al., 2006).

Em 2006, a revisão do SPCS para o SPCS-R representou uma medida de melhoria de conceitos de SPCS, e é recomendado para o reforço da validade de futuros estudos empíricos, particularmente aqueles que avaliam intervenções para melhorar o envolvimento da comunidade, cidadania e empoderamento psicológico intrapessoal (Peterson et al., 2006). Dada a interação da política e debates políticos sobre populações vulneráveis e determinantes sociais da saúde e bem-estar e estudos que analisam ou avaliar programas para melhorar a capacitação e corrigir desigualdades, tem sido feitos esforços no sentido de melhorar as propriedades psicométricas de um instrumento comumente usado como medida de capacitação (Peterson et al., 2006). Em paralelo com a elaboração do construto de capacitação, a medição do empoderamento psicológico através dos SPCS originais (Zimmerman & Zahniser, 1991) foi um marco no desenvolvimento da teoria de empoderamento. O estudo de revisão consistiu em reformular frases com afirmações negativas para a positiva tendo Peterson et al. (2006) concluído que esta reformulação tinha efeito sobre a estrutura factorial dos itens. Foi representada por uma amostra de 376 participantes, e refletiu um bom ajustamento dos dados [$\chi^2(118)=265,230, p<0.001$; $\chi^2/gl=2,247$; CFI=0.907; GFI=.925; RMSEA=0.059, $p>0,05$; I.C.

(90%)=[0,050; 0,068] ECVI=0,910] (Peterson et al., 2006). A melhoria da medição do empoderamento psicológico na componente intrapessoal mostrou que o SPCS-R é um veículo sólido, melhorando o ajuste dos SPCS aos dados empíricos (Peterson et al., 2006). Segundo estes investigadores, a SPCS-R contribuiu, desta forma, para melhorar as práticas da comunidade através de uma maior confiança em medidas de avaliação.

Já o SPCS-Y, foi desenhado especificamente para avaliar o empoderamento psicológico na população juvenil, uma vez que estudos recentes têm produzido conclusões contraditórias sobre a dimensionalidade do SPCS numa população de jovens (cf. Holden, Crankshaw, Nimsch, Hinnant, & Hund, 2004; Holden, Evans, Hinnant, & Messeri, 2005). Representa as duas dimensões de SPCS: (1) a competência de liderança, ou seja, as auto-percepções das pessoas em relação à sua habilidade na organização de um grupo de pessoas e (2) controlo sociopolítico, ou seja, auto-percepção das pessoas em relação à sua capacidade de influenciar decisões políticas numa organização ou comunidade. Os resultados do estudo de Peterson (Peterson, Peterson, Agre, Christens, & Morton, 2011) indicaram que a hipótese do modelo a dois fatores da SPCS-Y fornece um ajuste adequado para os dados a partir da amostra de jovens neste estudo, e que este modelo forneceu um ajuste significativamente melhor aos dados do que o modelo unifatorial [$\chi^2(118)=519,935$, $p<0.001$; CFI=0.931; GFI=.914; RMSEA=0.063, $p>0,05$; IC (90%)=[0,057; 0,068]; ECVI (90% CI)=0,605]. No geral, consideram que os resultados fornecem apoio empírico para a validade de construto da SPCS-Y e o seu modelo subjacente bidimensional do SPCS, concluindo que que têm implicações vitais na pesquisa e prática da teoria de capacitação. Peterson e investigadores (2011) nos seus estudos concluem que a principal implicação é que o SPCS deve ser conceituado e medido como uma construção bidimensional entre as populações jovens, e os pesquisadores e avaliadores devem incorporar explicitamente e explorar as múltiplas dimensões da SPCS nos seus estudos com adolescentes. Acrescentam que, como observado por Zimmerman e Zahniser (1991), e reforçado pelos resultados do seu estudo, no futuro, a pesquisa que considera as duas dimensões do SPCS pode ser especialmente útil nos esforços para aumentar a compreensão das atividades de mudança social, a participação de jovens na comunidade ou escola e de diferentes organizações, e que as diferenças individuais no SPCS podem explicar resultados diferentes de iniciativas de capacitação de prevenção (Peterson et al., 2011). Os resultados deste estudo sugerem também importantes implicações para a política e concepção de programas, tais como a prevenção do abuso de substâncias, uma vez que o SPCS-Y fornece indicadores psicossociais de importantes resultados comportamentais e de desenvolvimento entre os jovens.

Adaptação da escala

A partir da breve revisão apresentada, pode-se depreender que ainda estão em desenvolvimento os instrumentos utilizados para investigações que visam compreender os processos de consciência crítica, controlo sociopolítico, empoderamento psicológico e capacitação de jovens. Na população portuguesa, não há conhecimento de outros instrumentos que medem estes constructos, nomeadamente em adolescentes, e daí a relevância da adaptação do SPCS-Y para a língua portuguesa. A base conceptual que está subjacente à construção do SPCS-Y vai de acordo a pressupostos construtivistas, o que, para nós, é considerado uma mais-valia. A investigação sobre capacitação está ainda em crescimento o que torna mais pertinente a medição cuidadosa da componente intrapessoal do empoderamento psicológico. Deste modo, o nosso objetivo é adaptar e validar o SPCS-Y e disponibilizar aos investigadores um instrumento de pesquisa útil para novas investigações. Este estudo procura, desta forma, contribuir para um desenvolvimento da investigação sobre consciência crítica, empoderamento psicológico e controlo sociopolítico através da tentativa de validação de um instrumento fundamental na sua mensuração.

Método

Participantes

Participaram nesta investigação um total de 393 adolescentes provenientes de escolas públicas do distrito do Porto, Portugal, sendo 179 do sexo masculino (45,5%), e 214 do sexo feminino (54,5%), com idades entre 13 e 14 anos ($M=13,51$ e $DP=0,5$). Dos participantes, 193 frequentavam o 8º ano de escolaridade (49,1%) e 200 o 9º ano de escolaridade do ensino regular (50,9%). Participaram somente os jovens cujos encarregados de educação assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que manifestaram verbalmente o seu desejo de participar.

Instrumentos

A Escala de Controlo Sociopolítico aplicada a adolescentes (SPCS-Y) foi publicada por Peterson, Peterson, Agre, Christens e Morton (2011). Os autores foram contactados e concederam autorização para a sua adaptação (ver Anexo 1). Tal como recomendado por Borsa, Damásio e Bandeira (2012), a escala original foi traduzida a partir da língua inglesa por dois bilingues com experiência em pesquisas no campo da psicologia, seguidamente apresentada a uma professora de inglês, sendo solicitado à mesma que verificasse a correspondência de sentido entre os itens originais e os traduzidos e, posteriormente foi enviada à apreciação de um painel de seis especialistas doutorados da área de investigação. A adaptação do instrumento para a população portuguesa foi iniciada em 2011 por quatro investigadores com intuito de investigação e envolveu a participação de jovens do 8 e 9º anos de escolas públicas da Região Norte de Portugal (Porto). O SPCS-Y original é composto por 17 itens, de acordo com uma escala de tipo *Likert* de 5 pontos sendo sendo (1) Discordo totalmente, (2) Discordo, (3) Não Concordo Nem Discordo, (4) Concordo e (5) Concordo totalmente. Pode ser aplicada individual ou coletivamente e não possui limite de tempo. Os 17 itens da SPCS-Y distribuem-se em duas dimensões: (1) Dimensão da competência de liderança, 6 itens, *Alfa* de Cronbach: .81; $M=3,80$; $SD=0,73$ (Peterson et al., 2006). Refere-se à auto-percepção dos jovens da sua habilidade na organização de um grupo de pessoas. Nesta dimensão ressaltam-se aspectos relacionados à liderança e gestão de diferentes opiniões e perspetivas dos jovens, nomeadamente em trabalhos de grupo. Um exemplo de item desta subescala é: “Quando estou envolvido em projetos de grupo prefiro ter um papel de liderança (item 3). (2) Dimensão do controlo de política, 11 itens, *Alfa* de Cronbach: .85; $M=3,65$; $SD=0,70$ (Peterson et al., 2006). Tem em conta a auto-percepção dos jovens da sua capacidade de influenciar em decisões de política numa organização ou comunidade como definido por Zimmerman e Zahniser (1991) e Holden (Holden, Messeri, Evans, Crankshaw, & Ben-Davies, 2004). Refere-se ao modo como a participação possibilita oportunidades pessoais e sociais, superação de desafios e tomadas de decisão na comunidade ou escola. Um exemplo de item desta subescala é: “Gosto de participar porque quero, tanto quanto possível, ter uma palavra a dizer na minha comunidade ou escola” (item 9).

Procedimentos

Inicialmente foi realizado um contacto prévio junto da Direção das Escolas. Explicaram-se os objetivos da pesquisa e os procedimentos a adotar, garantindo o anonimato da escola e dos alunos participantes. Foram entregues os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido aos pais/encarregados de educação ou responsáveis das escolas que aceitaram a realização deste estudo. Efetuou-se, em alguns casos, uma sensibilização nas turmas e enviou-se uma carta aos encarregados de educação e procedeu-se também à divulgação da investigação em reuniões de pais. A aplicação

do instrumento foi realizada em Setembro e Outubro de 2011, com alunos do 8º e 9º anos, num período de aula, cujo dia e horário foi combinado com os coordenadores. O SPCS-Y foi aplicado de forma coletiva pelos investigadores em contexto de sala de aula e o preenchimento do questionário demorou aproximadamente 20 minutos. Foram tomados todos os cuidados éticos em relação aos participantes, assegurou-se a confidencialidade e o recurso a especialistas no tratamento dos dados. Os dados foram analisados com o auxílio dos *softwares* SPSS (versão 19) e AMOS 19.

Resultados

A análise das características distribucionais dos itens revelou que nenhuma variável apresentou valores de Sk e Ku indicadores de violações severas à distribuição Normal ($|Sk| > 3$ e $|Ku| > 10$) (Marôco, 2014). A existência de outliers foi avaliada pela distância quadrada de Mahalanobis (D2) e a normalidade das variáveis pelos coeficientes de assimetria (sk) e curtose (ku) nas suas formas uni e multivariada (Marôco, 2014).

O modelo inicial do SPCS-Y foi testado e as dimensões da liderança e controlo sociopolítico foram identificadas através da Análise Fatorial Confirmatória (AFC) com a utilização do programa estatístico AMOS 19. Utilizou-se o método mais tradicional e mais utilizado em análise de equações estruturais, o método da Máxima Verosimilhança, tendo em conta que este método é robusto à violação do pressuposto da normalidade se a assimetria e achatamento das distribuições das variáveis manifestas não forem muito grandes $|Sk| > 3$ e $|Ku| > 10$ (Marôco, 2014).

O modelo testado na primeira análise fatorial confirmatória refletiu um sofrível ajustamento dos dados, mesmo quando analisados índices de modificação e conseqüente estabelecimento de trajetórias indicadas por esses índices (Marôco, 2014). O ajustamento global dos fatores de 1ª ordem da SPCS-Y foi avaliado de acordo com os seguintes índices e respectivos valores: χ^2 (Teste do Qui-Quadrado de Ajustamento) e χ^2/df (índice esperado ajustado aos graus de liberdade – < 5); CFI (Comparative Fit Index ou Índice de Ajustamento Comparativo de Bentler) $> .90$, GFI (Goodness of Fit Index ou Índice de Bondade do Ajustamento) de Jöreskog e Sörbom, ajustado aos graus de liberdade, $> .90$, e o RMSEA (Root Mean Square Error of Aproximation ou Aproximação da Raiz Quadrada Média do Erro, $< .05$ estimando-se o grau de intervalo de confiança (I.C 90%) e ECVI (*Expect Cross – Validation Index* ou Modelo de Avaliação Cruzada). Segundo Marôco (2014) quando o método de estimação usado é o método da máxima verosimilhança, o ECVI deve ser substituído pelo MECVI, daí também ser utilizado como referência neste estudo. A qualidade de ajustamento local foi avaliada pelos pesos fatoriais elevados (> 0.5) e para a fiabilidade individual dos itens foram calculados os valores de consistência interna (alfas de Cronbach) dos fatores que compõem a escala, tal como foi realizado pelos autores do instrumento original (Peterson et al., 2011).

De acordo com procedimentos estatísticos indicados por Marôco (2014), foram correlacionados erros de medida (entre os itens 2 e 3, itens 7 e 8, itens 10 e 11, itens 15 e 17) quer na dimensão da liderança, quer no controle sociopolítico, sendo, como recomendado por este mesmo autor, dadas possíveis justificações teóricas na parte da discussão para a correlação destes erros e com o facto dos itens não se comportarem matematicamente como previsto ou de acordo com a escala original de Peterson et al. (2011).

Apresenta-se na Figura 1 o resultado da primeira Análise Fatorial Confirmatória [$\chi^2(114)=355,302$, $p < 0.00$; $\chi^2/df=3,117$; CFI=0.874; GFI=.901; RMSEA=0.073, $p=0,05$; IC (90%)=0,065; ECVI=1,105; MECVI=1,115].

AFC $\chi^2(114)=355,302; p=,000; R_Chi2df=3,117$
 CFI=,874; PCFI=,733; GFI=,901; PGFI=,671
 RMSEA=,073; $p(rmse\leq 0.05)=,000$; IC 90%=,065; ECVI=1,105; MECVI=1,115

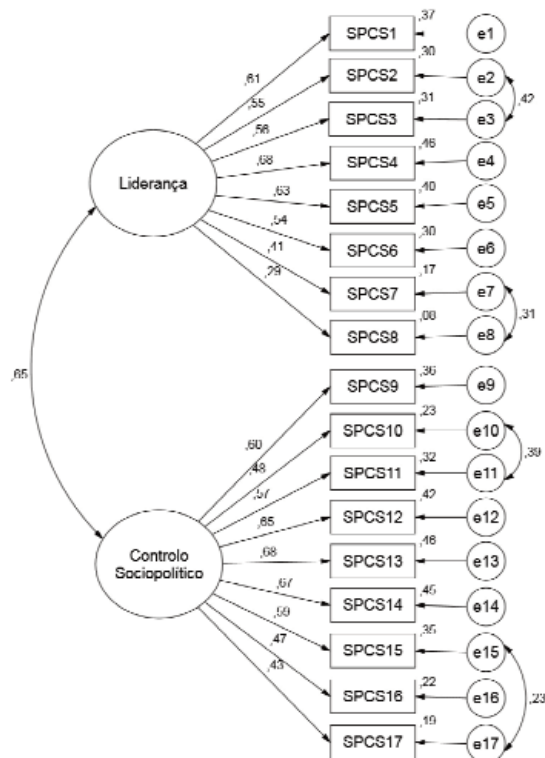


Figura 1. Resultados da análise fatorial confirmatória

Usando os índices de modificação e considerações teóricas que permitem eliminar os itens com pesos fatoriais reduzidos (<.5) e mantendo a modificação de índices sugerida com a correlação do itens 2 e 3 e 10 e 11, tendo em conta que estes erros pertencem a itens que são manifestações do mesmo fator e daí partilharem também informação entre eles, uma proposta com melhor validade fatorial é apresentada na Figura 2. O resultado da segunda Análise Fatorial Confirmatória é: $[\chi^2(51)=110,763 p<0.00; \chi^2/gf=2,172; CFI=0.956; GFI=.957; RMSEA=0.055, p=0,275; IC (90\%)=0,041; ECVI=0,42; MECVI=0,425]$.

Porque esta última versão do instrumento sugere um modelo mais simplificado, por questões de parcimónia, considera-se que a escala original deve ser representada por este modelo. Este revela-se mais adequado na versão portuguesa que se designou de Escala de Controlo Sociopolítico para Adolescentes: SPCS-Y. Analisando as suas características métricas de forma cuidadosa para obter mais evidências empíricas ao nível da validade, quer fidelidade, este modelo finalizou-se com a seguinte distribuição dos itens: (1) Dimensão da Liderança, Constituída por cinco itens: 1, 2, 3, 4, 5, *Alfa de Cronbach* .79. (2) Dimensão do Controlo Político, Constituída por sete itens: 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, *Alfa de Cronbach* .812.

Após análise e confirmação da estrutura fatorial da escala, exploraram-se também alguns dados descritivos e destaca-se uma média mais elevada na dimensão do controlo sociopolítico ($M=2.74, SD=.63$) do que na dimensão de Liderança ($M=2.19, SD=.79$) pelos jovens participantes deste estudo.

AFC $\chi^2(51)=110,763$; $p=,000$; $R_{\chi^2 df}=2,172$
 CFI=,956; PCFI=,739; GFI=,957; PGFI=,625
 RMSEA=,055; $p(\text{rmsea} \leq 0.05)=,275$; IC 90%=,041; ECVI=,420; MECVI=,425

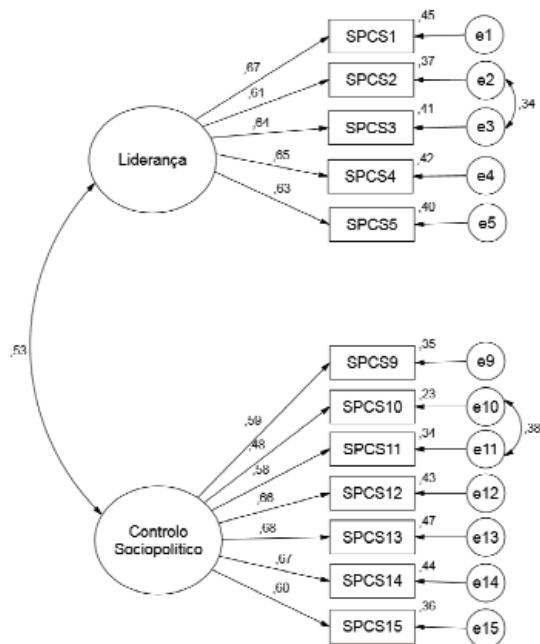


Figura 2. Resultados da segunda análise confirmatória – Modelo simplificado

Discussão

O presente estudo teve como objetivo a adaptação e validação da escala de controlo sóciopolítico numa amostra de adolescentes portugueses. Os procedimentos estatísticos realizados como a eliminação de observações outliers e de itens com pesos fatoriais inaceitáveis, ou a correlação entre erros de medida de itens pertencentes a um mesmo fator, assim como o facto dos itens não se comportarem matematicamente como previsto relativamente ao instrumento original conduziram a algumas reflexões teóricas partilhadas a seguir. Após análise da sensibilidade dos itens, considerou-se indicado melhorar a qualidade de medida dos construtos, o que levou à emergência de um novo modelo simplificado que parece representar melhor a adaptação da escala original.

Comparando as análises confirmatórias apresentadas nas Figuras 1 e 2, de acordo com os índices de referência apresentados por Marôco (2014), ao nível do CFI o modelo simplificado apresenta melhores itens de ajustamento (0,956 – ajustamento muito bom vs. 0,84 – ajustamento sofrível), assim como um maior valor de CFI (0,957 – vs. 0,901 – ajustamento muito bom vs. ajustamento bom). Ao nível do χ^2/gf o modelo simplificado apresenta um menor valor e mais ajustado (2,1 vs. 3,3). Ao nível do RMSEA, o ajustamento do modelo simplificado tem um valor considerado mais aceitável (0,055, $p=0,276$ vs. 0,073 $p=0,05$) e o I.C. (90%)=0,041 um valor considerado muito bom (Marôco, 2014) em comparação com o I.C. (90%) da Figura 1 que é considerado aceitável (0,065).

Como recomenda Marôco (2014) numa aplicação de validação de um instrumento psicométrico qualquer modificação na versão original do instrumento deve ser submetida a uma avaliação externa

numa 2ª amostra independente à primeira. Apenas após a validação da escala modificada se pode, ou deve aceitar as modificações como adequadas à população em estudo (Marôco, 2014). Contudo, quando não é possível a validação externa (como não foi neste caso) pode também avaliar-se com o MECVI, que é aqui referido uma vez que se utilizou o método da máxima verosimilhança. Para dois modelos concorrentes, o modelo com menor MECVI será aquele que apresentará melhor validade externa e a estabilidade numa amostra independente com a mesma dimensão e da mesma população (Marôco, 2014). O modelo simplificado apresentou uma qualidade de ajustamento superior à do modelo original bem como um MECVI consideravelmente melhor (1.115 vs. 0,425). No modelo de Peterson et al. (2011) foi considerado o valor de ECVI, e comparando neste mesmo índice o valor apresentado na Figura 1 (1,15) com a Figura 2 (0,42) pode-se constatar que o valor do modelo simplificado (0,42) aproxima-se mais do valor do ECVI (0,6) do estudo de Peterson et al. (2011). O novo modelo simplificado apresenta índices de ajustamento que revelam um grau mais ajustado de adequação da estrutura modificada da SPCS-Y à amostra do estudo.

A segunda Análise Fatorial Confirmatória, em que resultou o modelo simplificado, apresentou uma solução com 12 itens distribuídos em dois fatores como na escala original. Estes distribuem-se pelos mesmos dois fatores da escala original, mesmo com a eliminação de quatro itens, sendo feitas a seguir algumas considerações teóricas acerca de uma possível justificação para estes itens terem menor peso fatorial (<.5). Não existem outros estudos em Portugal sobre esta escala ou sobre escalas similares que possam ser utilizados para comparar e justificar metodológica e conceptualmente estes 12 itens permanecerem na escala, no entanto, comparativamente com o ajustamento do modelo de Peterson et al. (2011) os níveis de ajustamento do modelo simplificado são mais aproximados. Recomendam-se mais investigações no sentido de averiguar e acumular mais evidências empíricas de que os itens estão a representar as dimensões pretendidas.

No modelo simplificado, a dimensão da Liderança perdeu três itens e a Dimensão do Controlo Sociopolítico perdeu dois itens. Na dimensão da Liderança, os itens perdidos são “Considero fácil falar perante um grupo” (item 6), “Prefiro trabalhar na resolução de um problema do que esperar que alguém o resolva” (item 7), “Gosto de experimentar coisas novas que sejam um desafio para mim” (item 8). Os itens eliminados estão relacionados mais diretamente com atividades que constituem um desafio para estes adolescentes, já os itens que permanecem relacionam-se diretamente com o conceito de liderança, o que poderá ter contribuído para uma compreensão mais clara sobre o significado do item [“Prefiro liderar do que ser liderado” (item 2) ou “Quando estou envolvido em projetos de grupo prefiro ter um papel de liderança” (item 3)]. Estes últimos itens, por outro lado, foram correlacionados, uma vez que partilham da mesma informação, assim como aconteceu aos itens 10 e 11 que partilham o conceito de controlo sócio-político (“perceber bem o que se passa na comunidade/escola”).

Na Dimensão do Controlo Sociopolítico, os itens que se perderam foram “Muitos líderes da comunidade ou escola dar-me-iam atenção” (item 16) e “há muitas atividades locais em que é importante participar” (item 17). Uma possível justificação para a eliminação destes itens é a falta de participação dos jovens portugueses em atividades locais, ou seja, grupos cívicos, sociais ou políticos. Dado o envolvimento dos jovens na comunidade ser distinto em Portugal e nos Estados Unidos da América, coloca-se a hipótese de que diferenças culturais podem contribuir para a saturação e baixa comunalidade dos itens na escala adaptada para Portugal. Seria útil em futuros estudos de desenvolvimento deste instrumento no contexto português, acrescentar itens que fossem específicos desta realidade contextual, de modo a tornar a escala ainda mais robusta em termos das suas qualidades psicométricas, uma vez que o controlo sociopolítico tem sido geralmente considerado como um elemento essencial da componente intrapessoal de empoderamento psicológico (e.g., Peterson et al., 2006).

Do nosso ponto de vista, considera-se que os itens que permaneceram e parecem representar melhor, quer a dimensão da Liderança, quer do Controlo Sociopolítico poderão aumentar a

compreensão do tipo de participação dos jovens na escola, e as diferenças individuais no SPCS podem explicar resultados distintos de iniciativas promovidas pelos próprios e/ou pela comunidade educativa (cf. Peterson et al., 2011).

Considera-se que seria adequado desenvolver mais estudos longitudinais para examinar a relação entre a consciência crítica, o progresso no desenvolvimento de carreira e a realização profissional, o que é também sugerido por Diemer e Blustein (2006).

Como outros investigadores recomendam (Blustein, 1997; Prilleltensky, 1994), a carreira focada em intervenções com indivíduos oprimidos na sociedade pode ser melhorada através da promoção da análise sociopolítica dos clientes, do papel das estruturas sociais, económicas, políticas e ter um papel relevante no seu trabalho e vida pessoal e facilitar a sua capacidade de alcançar resultados desejados dentro deste contexto sociopolítico.

De realçar que este estudo constitui uma pesquisa exploratória, de validação de um novo instrumento que nunca foi utilizado na população portuguesa. Em futuros estudos de desenvolvimento da SPCS-Y poderão construir-se novos itens para as dimensões da Liderança e Controlo Sociopolítico de modo a torná-la ainda mais consistente. Apesar dos bons índices de ajustamento, fidelidade e validade deste instrumento na nova versão do modelo simplificado, reforça-se a necessidade da ampliação e aperfeiçoamento deste estudo e a sua respetiva adaptação e validação da SPCS-Y para outras regiões de Portugal, uma vez que foi aplicado apenas no distrito do Porto, e em escolas públicas, incrementado a validade de se generalizar os dados para toda a população.

Referências

- Bassot, B. (2012). Career learning and development: A social constructivist model for the twenty-first century. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 12, 1-42.
- Blustein, D. L. (1997). A context-rich perspective of career exploration across the liferoles. *The Career Development Quarterly*, 45, 260-274.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: Algumas considerações. *Paidéia*, 22, 423-432. Ribeirão Preto.
- Campos, B. (1980). A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 14, 195-230.
- Conchas, G. Q. (2001). Structuring failure and success: Understanding the variability in Latino school engagement. *Harvard Educational Review*, 713, 475-504.
- Diemer, M. A., & Blustein, D. L. (2006). Critical consciousness and career development among urban youth. *Journal of Vocational Behavior*, 68, 220-232.
- Fine, M. (1991). *Framing dropouts: Notes on the politics of an urban public high school*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do oprimido* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Gonçalves, C. M. (2006). *A família e a construção de projectos vocacionais de adolescentes e jovens*. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Holden, D. J., Crankshaw, E., Nimsch, C., Hinnant, L. W., & Hund, L. (2004). Quantifying the impact of participation in local tobacco control groups on the psychological empowerment of involved youth. *Health Education & Behavior*, 31, 615-628.

- Holden, D. J., Evans, W. D., Hinnant, L. W., & Messeri, P. (2005). Modeling psychological empowerment among youth involved in local tobacco control efforts. *Health Education & Behavior, 32*, 264-278.
- Holden, D. J., Messeri, P., Evans, W. D., Crankshaw, E., & Ben-Davies, M. (2004). Conceptualizing youth empowerment within tobacco control. *Health Education & Behavior, 31*, 548-563.
- Itzhaky, H., & York, A. S. (2000). Sociopolitical control and empowerment: An extended replication. *Journal of Community Psychology, 28*, 407-415.
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais*. Pero Pinheiro: Report Number, Lda.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia, 2*, 7-27.
- Menezes, I. (2010). *Intervenção comunitária: Uma perspectiva psicológica* (2ª ed.). Porto: LivrPsic.
- O'Connor, C. (1997). Dispositions toward (collective) struggle and educational resilience in the inner city: A case analysis of six African-American high school students. *American Educational Research Journal, 34*, 593-632.
- Peterson, N. A., Lowe, J. B., Hughey, J., Reid, R. J., Zimmerman, M. A., & Speer, P. W. (2006). Measuring the intrapersonal component of psychological empowerment: Confirmatory factor analysis of the sociopolitical control scale. *American Journal of Community Psychology, 38*, 287-297.
- Peterson, N. A., Peterson, C. H., Agre, L. A., Christens, B. D., & Morton, C. M. (2011). Measuring youth empowerment: Validation of sociopolitical control scale for youth in an urban community context. *Journal of Community Psychology, 39*, 592-605.
- Piaget, J. (1985). *The equilibration of cognitive structures*. Chicago: University of Chicago Press.
- Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychology*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology, 9*, 1-25.
- Watts, R. J., Griffith, D. M., & Abdul-Adil, J. (1999). Sociopolitical development as an antidote for oppression – Theory and action. *American Journal of Community Psychology, 27*, 255-271.
- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology, 23*, 581-600.
- Zimmerman, M. A., Ramirez-Valles, J., & Maton, K. I. (1999). Resilience among urban African American male adolescents: A study of the protective effects of sociopolitical control on their mental health. *American Journal of Community Psychology, 27*, 733-751.
- Zimmerman, M. A., & Zahniser, J. H. (1991). Refinements of sphere-specific measures of perceived control: Development of a sociopolitical control scale. *Journal of Community Psychology, 19*, 189-204.

The aim of the study is the adaptation and validation of the Socio-political Control Scale (SPCS-Y) to a sample of adolescents. The number of participants was 393 students in 8th and 9th grades from four public schools in the Northern Region of Portugal, Oporto district. The participants were aged between 13 and 14 years. Confirmatory Factor Analysis was used for data validation. As a result of this analysis, 12 items were retained from a total of 17 items, distributed in the same factorial structure of two factors. The psychometric qualities of the instrument allow us to state that the SPCS-Y is a scale that shows the validity and reliability to assess the dimensions of leadership and socio-political control in adolescents.

Key words: Scale validation, Involvement, Sociopolitical control, Adolescents, Leadership.

Anexo 1

Itens da Escala do Controle Sociopolítico – SPCS-Y (tradução para português dos itens da escala de Peterson et al., 2011)

Item

- SPCS-Y1 1. Frequentemente sou líder do grupo.
SPCS-Y2 2. Prefiro liderar do que ser liderado.
SPCS-Y3 3. Quando estou envolvido em projetos de grupo prefiro ter um papel de liderança.
SPCS-Y4 4. Costumo conseguir organizar pessoas para que executem os seus projetos.
SPCS-Y5 5. Geralmente, as outras pessoas seguem as minhas ideias.
SPCS-Y6 6. Considero muito fácil falar perante um grupo.
SPCS-Y7 7. Prefiro trabalhar na resolução de um problema do que esperar que alguém o resolva.
SPCS-Y8 8. Gosto de experimentar coisas novas que sejam um desafio para mim.
SPCS-Y9 9. Gosto de participar porque quero, tanto quanto possível, ter uma palavra a dizer na minha comunidade ou escola.
SPCS-Y10 10. Jovens como eu conseguem perceber bem o que se passa na nossa comunidade ou escola.
SPCS-Y11 11. Sinto que consigo perceber muito bem as questões importantes com as quais a minha comunidade ou escola são confrontadas.
SPCS-Y12 12. Jovens como eu têm capacidade de participação efectiva em actividades e tomadas de decisão na minha comunidade ou escola.
SPCS-Y13 13. A minha opinião é importante porque pode, um dia, fazer a diferença na minha comunidade ou escola.
SPCS-Y14 14. Há muitas maneiras de jovens como eu terem uma palavra a dizer em relação àquilo acerca do que a comunidade ou escola fazem.
SPCS-Y15 15. É importante para mim estar envolvido activamente nas questões que dizem respeito à juventude.
SPCS-Y16 16. Muitos líderes da comunidade ou escola dar-me-iam atenção.
SPCS-Y17 17. Há muitas actividades locais em que é importante participar.
-

Submissão: 17/03/2015

Aceitação: 09/10/2015